

A ENGANOSA EUFORIA DAS ESTATÍSTICAS DO PRIMEIRO TRIMESTRE

SAMUEL COSTA FILHO*

A divulgação dos dados estatísticos do primeiro trimestre desse ano trouxe de volta o clima de euforia enganosa, característica do período inicial do Plano Real e da opção em favor da inserção subordinada na globalização.

Porém, a onda de otimismo que parece retornar com a apresentação dos resultados sobre crescimento do PIB, safras agrícolas e superávit do Tesouro, não consegue esconder a gravidade da situação brasileira, nem camuflar o quadro de deterioração socioeconômica que vem se agravando ultimamente.

Apesar da comemoração do Presidente da República, da equipe econômica e da maioria dos jornalistas "simpáticos" ao Governo, a realidade apresenta evidências de aumento da crise social. Presenciamos no dia a dia, o aumento da violência e da criminalidade, taxas de desemprego recordes, enormes filas de desempregados que desesperadamente se afilaram diante de qualquer promessa de emprego, mesmo que temporário e sem qualquer garantias e direitos trabalhistas.

É fato corriqueiro a ruína dos valores da sociedade. Diversos são os casos de corrupção mal apurados ou nem sequer averiguados. As viagens turísticas de Ministros e até do Procurador Geral da República para a ilha de "Caras" de Fernando de Noronha, em meio a uma política de cortes indiscriminados nas diversas áreas que engloba o setor infraestrutura e até o lado social (mesmo frente a elevada deterioração e sucateamento da saúde pública), deixa a todos perplexos e indignados.

Está ocorrendo um aumento na taxa de pobreza no país, com a renda média das pessoas ocupadas em queda há dois anos. E não devemos esquecer a desarticulação e o enfraquecimento dos sindicatos, a desnacionalização da cadeia

industrial exposta a políticas pouco consistentes e raramente duradouras.

No que diz respeito ao endividamento externo, diferente do ocorrido nos anos 60 e 70, quando esse processo financiou a industrialização substitutiva de importações e/ou estimulou as exportações, a atual fase de endividamento veio aumentar consideravelmente a vulnerabilidade da economia brasileira. Desse modo, o resultado dessa nova etapa de dependência de financiamento externo para o desenvolvimento industrial foi tal que o uso abusivo da âncora cambial e dos juros elevados desestimulou os projetos voltados para as exportações, promoveu um encolhimento das cadeias produtivas e aumentou a participação da propriedade estrangeira no estoque de capital doméstico.

Os fatores acima mencionados levaram a um agravamento estrutural do desequilíbrio externo. Uma simulação do balanço de pagamentos elaborada por Prof. Luciano Coutinho (1999) mostra que mesmo um desempenho exportador muito positivo, de 7,5% a.a. nos próximos anos, não será suficiente para reduzir a vulnerabilidade externa. Convém acrescentar que as hipóteses da simulação utilizadas por Coutinho não são pessimistas - os investimentos estrangeiros diretos se mantêm elevados mesmo após o atual ciclo de privatizações e as importações não crescem muito acima do PIB.

Na verdade, essa nova fase de euforia não deve encobrir o fato de atualmente a OCDE (Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico) colocar o Brasil na posição 6, em uma classificação para os diversos países, de acordo com os problemas de sua economia que vai de 1 a 7.

A lenta resposta das exportações frente a desvalorização cambial é outro fato significati-

vo que traz preocupação adicional no setor externo. As exportações estão estagnadas desde março de 1998 e a obtenção do negociado superávit comercial de US\$ 11 bilhões se revelou meta irrealista. Este objetivo já foi revisto para US\$ 4 bilhões. Acontece que o mercado, apoiado na vagarosa reação das exportações, trabalha com um superávit de até US\$ 3 bilhões. Acrescente-se a esse fato, o aumento das importações, como efeito colateral da possibilidade de "retomada do crescimento" da economia.

A recessão da economia está sendo menor do que os 4% inicialmente previstos. Segundo dados do IBGE a economia cresceu 1,02% no primeiro trimestre, graças a um salto de 17,8% para o valor da produção agrícola, contra 0,9% para serviços e 0,1% para a indústria. Trata-se, pois de um fenômeno passageiro e o setor agrícola não continuará a puxar tanto o PIB.

Acontece, que a venda de automóveis voltou a cair 15% em abril, mesmo diante da redução de impostos. As vendas de "presentes tradicionais" - roupas, calçados, tecidos - na época do Dia das Mães, despencou 20% em comparação ao mesmo período de 1998, enquanto que móveis apresentaram queda de 30%.

O avanço apresentado pela indústria e pelo comércio ficou concentrado nas vendas de telefones celulares.

Todavia, este segmento industrial não tem condição de impulsar toda a economia, até porque de 95% a 100% de seus componentes utilizados são importados. Fato que deve pressionar a favor de maior déficit e/ou redução de possível superávit na balança comercial.

Um outro ponto que é merecedor de uma melhor análise diz respeito ao resultado das contas públicas. Essa conta continua

negativa em R\$ 56,003 bilhões do PIB no primeiro trimestre, ou seja, apresenta nível mais elevado desde a implantação do Plano Real, continuando problema grave e ainda por solucionar. Temos ainda que, o superávit anunciado para o último mês de março está artificialmente inflado pela entrada de receitas extraordinárias de pagamento de impostos atrasados realizados pelos Bancos de R\$ 3 bilhões, mais de R\$ 2,3 bilhões obtidos com concessão de serviços telefônicos, além de R\$ 710 milhões da conta-petróleo retirados da PETROBRAS, que vai diminuir ao longo do ano devido a elevação dos preços internacionais do petróleo.

Desse modo, apesar do quadro presente não apresentar os resultados negativos esperados, não estamos de volta ao "paraíso". A discussão atual sobre a melhora dos fundamentos da economia brasileira e sua solidez, depois que o câmbio foi desvalorizado e passou a flutuar, tenta novamente nos convencer das virtudes do "projeto liberal de modernização do país". Entretanto, como demonstra Coutinho, mesmo se surgir fundamentos para essa nova onda de euforia, a retomada do crescimento não encontrará sustentabilidade a mais longo prazo.

O Brasil necessita reformas (é imperativo neste momento), **objetivando o desenvolvimento.** Se faz necessário a **elaboração e implementação de políticas industrial, agrícola, de comércio exterior e de tecnologia firmes e bem articuladas.** E, como salienta ainda Coutinho, há, além disso, o desafio sumultâneo de **financiar o aumento dos investimentos com mais poupança doméstica.** Assim, o momento atual **exige uma nova política: a busca do desenvolvimento e não o aprofundamento das "reformas neoliberais"** ●

* Samuel Costa Filho é professor de Economia/UFPI, Mestre em Teoria Econômica/CAEN e Doutorando do Instituto de Economia da UNICAMP

BRASIL: CORRUPÇÃO, DÉFICIT PÚBLICO E OUTRAS MAZELAS

ALMIR BITTENCOURT DA SILVA *

O economista e professor Otávio Gouveia de Bulhões costumava afirmar que o Brasil jamais afundaria, como apregoava os que tinham por hábito uma postura pessimista, porque o País era muito maior do que o buraco. Mas esta constatação hoje em dia não parece ser tão convincente assim como no tempo do professor Bulhões. É que diante da inoperância do governo a corrupção está se alastrando, adotando métodos mais sofisticados e abrigando-se à sombra de normas legais ultrapassadas para países que desejam efetivamente ingressar na modernidade. Com isto, cava-se um buraco que um dia poderá ter um tamanho maior que o Brasil.

Dois fatos recentemente noticiados pela imprensa, afora um montão de outros já bem conhecidos do público, têm evidenciado cada vez mais a necessidade de uma urgente e profunda reforma institucional no País. Refiro-me, em primeiro lugar, às investigações realizadas por um diligente procurador da República no Estado do Paraná sobre as famosas contas CC-5, cujos resultados preliminares evidenciam a antiga suspeita de que, por meio da utilização de um instrumento criado pelo Banco Central, a remessa de divisas para o exterior através de "laranjas" esconde na verdade um lucrativo segmento de atividades ilícitas envolvendo o narcotráfico, corrupção e tráfico de armas, além de outras realizadas por cidadãos brasileiros.

Em países capitalistas avançados, essas remessas são cuidadosamente monitoradas por órgão do governo, além de

ser obrigatória a declaração do envio de quantias em montante superior a certo limite. De outro lado, o sigilo bancário não impede a atividade de fiscalização tributária. Infelizmente, este não é o caso de nosso País. Aqui, o sigilo bancário serve como um instrumento útil e legal para acobertar a sonegação fiscal e obtenção de isenções ilegítimas no envio de divisas, acarretando graves distorções na distribuição da carga tributária entre a população. Há uma sobrecarga sobre os assalariados e, principalmente, sobre os mais pobres.

"...O SIGILO BANCÁRIO SERVE COMO UM INSTRUMENTO ÚTIL E LEGAL PARA ACOBERTAR A SONEGAÇÃO FISCAL E OBTENÇÃO DE ISENÇÕES ILEGÍTIMAS NO ENVIO DE DIVISAS..."

O outro fato diz respeito aos desvios de recursos do fundo de valorização do magistério, criado pelo governo federal com o objetivo de melhorar os míseros salários pagos aos professores pela grande maioria dos municípios brasileiros. Em tão pouco tempo de existência, já há em muitos estados comissões encarregadas de averiguar desvios evidentes de recursos do referido fundo por parte das prefeituras. Observa-se, por exemplo, o quanto é comum entre os governos municipais contratarem-se empresas de serviços educacionais para ministrar cursos de qualificação de professores a preços completamente fora da realidade dos custos, evidenciando um